

Combate à inflação, sem o achatamento de salários

Se deixar os mitos, a papagaice de lado, o Governo pode combater a inflação e, reduzir o rombo do tesouro sem achatam salários. Principais pontos da estratégia (e não "remendo") a adotar:

1. ROMBO DO TESOURO — O Governo vem sendo obrigado a emitir devido, em grande parte, ao terrível peso dos juros que algumas estatais, altamente endividadas, enfentam (elas não pagam seus compromissos, que são então cobertos pelo Tesouro). Primeira providência, óbvia: realizar novos cortes de despesas na área estatal (que não provocará recessão, como está comprovado a esta altura). Segunda providência: vender ações das estatais lucrativas, e usar os recursos para aumentar o capital das não-lucrativas, reduzindo o seu endividamento — e o pagamento dos juros.

2. VENDA DAS AÇÕES — Nas últimas semanas, cresceu a papagaice, inclusive dentro do Governo, sobre a "impossibilidade" de vendas maciças de ações das estatais. Por que? "Porque o mercado acionário no Brasil é muito pequeno, não teria condições de absorvê-las", é a tese dos sábios. Ora, neste momento, com a "corrida" às bolsas de valores, há imenso interesse popular em torno de ações, com número crescente de novos investidores querendo aplicar no mercado. Este País é tão maluco, que a Comissão de Valores Mobiliários propôs, na semana passada, "proibir" que pequenos investidores possam comprar ações (a proibição seria indireta, com a exigência de investimentos de determinado valor). Quer dizer: o Governo concede incentivos ao mercado de ações "para ele crescer", e depois tomaria medidas para "impedir que ele cresça"... Isso mostra que é hora de parar com discussões acadêmicas sobre o "tamanho" do mercado de ações brasileiros, e testá-lo na



prática. Agindo. Começando imediatamente a venda de ações das estatais. Sem discursaria.

3. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO — Além de pretender favorecer a corrosão dos salários pela inflação — ao reagir contra os reajustes trimestrais — o Governo planeja um novo imposto, um empréstimo compulsório, sobre os rendimentos de assalariados e população em geral. Pode-se aceitar o empréstimo compulsório, pois ele é menos injusto do que o achatamento salarial, puro e simples. Por que? No caso de corrosão dos salários pela inflação, o trabalhador perde simplesmente sua renda, "para todo o sempre". No ca-

so do empréstimo compulsório, o salário não é achatado: parte dele é "tomada emprestada", compulsoriamente, pelo Governo — para ser devolvida um dia. Representa um "pecúlio", uma renda "guardada". Qual o objetivo do empréstimo compulsório? Não é meramente ajudar a tapar o "rombo" do tesouro. Ao "confiscar" uma parte da renda da população, o Governo estará reduzindo, temporariamente, o poder de compra de todo mundo — evitando, assim, que haja "superaquecimento" e pressão excessiva sobre os preços. Trata-se, em resumo, de uma arma contra a inflação.

Direito de escolha — Detalhe importante: o Governo, ao decretar o empréstimo compulsório, de 10, 12 por cento, 15 por cento sobre os rendimentos, deveria dar ao contribuinte o direito de escolher qual a aplicação que ele deseja. Mais claramente: o contribuinte não deveria ser obrigado a receber, em troca do seu dinheiro, os títulos do tesouro (Obrigações Reajustáveis) que rendem apenas correção monetária e juros. Se o contribuinte quisesse, poderia aplicar o dinheiro na compra de ações de empresas como Petrobras, Vale do Rio Doce etc. Com isso, o Governo estaria atingindo seu objetivo de reduzir a participação no capital dessas empresas — e obteria dinheiro, da mesma forma, para tapar o "rombo" provocado pelas empresas não-lucrativas. E o empréstimo compulsório deixaria de parecer tão antipático, provocar tanta reação negativa, na opinião pública.

Há alternativas para resolver os problemas. Não se entende que em um país como o Brasil, com níveis salariais tão baixos em relação até mesmo à América Latina, os Ministros só saibam esfolar os trabalhadores. Isso não é política econômica. É genocídio.